

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Contábeis
5º Período Noite
Contabilidade de Custos
Cultura Religiosa: Fenômeno Religioso
Matemática Financeira
Planejamento Fiscal e Tributário
Projeto de Estágio Supervisionado
Sistemas Contábeis I
Teoria Avançada da Contabilidade

Ana Caroline Areias Oliveira Santos
Julio Eustáquio de Sousa
Marisa Leandro de Souza
Nivia Lorrane Chaves de Souza
Olguimar Alves de Carvalho Junior

GESTÃO AMBIENTAL:
Conceitos, características e aplicações na empresa YPÊ

Belo Horizonte
28 outubro 2013

**Ana Caroline Areias Oliveira Santos
Julio Eustáquio de Sousa
Marisa Leandro de Souza
Nivia Lorrane Chaves de Souza
Olguimar Alves de Carvalho Junior**

**GESTÃO AMBIENTAL:
Conceitos, características e aplicações na empresa YPÊ**

Artigo apresentado às disciplinas: Contabilidade de Custos, Cultura Religiosa I, Matemática Financeira, Planejamento Fiscal e Tributário, Projeto de Estágio Supervisionado, Sistemas Contábeis I e Teoria Avançada da Contabilidade do 5º Período do Curso de Ciências Contábeis Noite do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da PUC Minas BH.

Professores: Alex Magno Diamante
Anete Roesse
Antônio Monte Furtado Greco
Fátima Maria Penido Drumond
José Luiz Faria
José Ronaldo da Silva
Josmária
Sheila Dias

Belo Horizonte
28 outubro 2013

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO ----- | 4 |
| 2 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA GESTÃO AMBIENTAL ----- | 5 |
| 2.1 Principais Objetivos da Gestão Ambiental ----- | 5 |
| 3 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A GESTÃO AMBIENTAL ----- | 6 |
| 4 IDENTIDADE HUMANA: RESPONSABILIDADE PESSOAL, SOCIAL,GLOBAL - | 9 |
| 5 CONDIÇÃO PLANETÁRIA ----- | 11 |
| 6 ESTUDO DE CASO: A EFETIVIDADE DA GESTÃO AMBIENTAL NA ORGANIZAÇÃO EMPRESARIA QUIMICA AMPARO ----- | 13 |
| 7 IMPORTÂNCIA DOS CONHECIMENTOS DA GESTÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL ----- | 16 |
| 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS ----- | 18 |
| REFERÊNCIAS ----- | 19 |

1 INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos fazem com que a ameaça ecológica e ambiental se desenvolvam, rumo a uma degradação da vida planetária. A modernidade e a globalização exigem dos profissionais das diversas áreas, que as questões ambientais sejam transparentes e de notório conhecimento.

Diante do acima exposto e, tendo em vista que os responsáveis pela condução das sociedades empresárias terão que contribuir com a adoção de práticas de produção e consumo sustentáveis, nomeadamente nos dias de hoje em que há uma crescente escassez de recursos naturais e conseqüentemente a degradação da natureza.

Apresentamos, a fim de disseminar o conhecimento sobre as questões supracitadas, a gestão ambiental, envolvendo conceitos, características e suas aplicações. Abordando de uma forma contextualizada questões que norteiam os conceitos fundamentais da gestão ambiental; a legislação aplicável; a importância dos conhecimentos da gestão ambiental para a formação profissional, bem como considerações sobre a identidade humana, sobretudo a responsabilidade pessoal, social e global e a condição planetária.

Com objetividade aborda temas capitais para uma educação ambiental que visa à sustentabilidade e, por conseguinte a redução dos grandes impactos ambientais, diante do desenvolvimento da indústria e da economia aquecida e competitiva.

A temática do presente trabalho está embasada na legislação em vigor e nos pressupostos da proposta que dirige o contexto, objeto de excelência em muitas sociedades empresárias.

Para o presente trabalho foram realizadas leituras analíticas em textos referência, que orientam o objeto de estudo e, que proporciona uma melhor compreensão do conteúdo que será apresentado. Foi realizada uma pesquisa em uma empresa, que adota a política de gestão ambiental, adequando evidente juízo para o desenvolvimento do mesmo.

Essa proposta foi pesquisada a fim de possibilitar um maior entendimento e difusão dos conhecimentos dos pressupostos acima destacados. E, sobretudo contribuir com a adoção das práticas sustentáveis nos dias atuais.

2 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA GESTÃO AMBIENTAL

Gestão ambiental é uma forma de administração empresarial que visa a sustentabilidade. É a adoção de técnicas e de procedimentos administrativos que reduzem os impactos ambientais das atividades econômicas no meio ambiente. Esta organização vai desde a seleção dos melhores métodos até o cumprimento da legislação e a correta distribuição de recursos humanos e financeiros. (GESTÃO AMBIENTAL).

2.1 Principais Objetivos da Gestão Ambiental

Os principais objetivos da gestão ambiental são:

- Uso racional dos recursos naturais;
- Tratamento e reutilização dos recursos naturais dentro do processo produtivo;
- Adoção de métodos que visam à preservação da biodiversidade;
- Emprego sustentável de recursos naturais;
- Implantação de sistemas de reciclagem de resíduos sólidos;
- Treinamento da equipe de funcionários para o sistema de sustentabilidade;
- Utilização de sistemas que visam a não poluição ambiental;
- Criação de produtos que provoquem o menor impacto possível na natureza;
- Desenvolvimento de programas que retirem do meio ambiente os produtos ou resíduos que contaminam o solo.

Para as empresas em geral, a adoção da gestão ambiental é muito importante, pois associa sua imagem ao da preservação ambiental, o que contribui com a melhoria da marca no mercado e melhora as relações comerciais com outras instituições. Gerando assim, valorização de suas ações na bolsa (quando essa situação for aplicável). As organizações que adotam esse sistema reduzem significativamente os custos, evitando os desperdícios, pois reutilizam materiais que antes eram inutilizados. Dessa forma, a gestão ambiental não é benéfica apenas para o meio ambiente, as organizações também são muito beneficiadas com a adoção desse sistema. (GESTÃO AMBIENTAL).

3 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A GESTÃO AMBIENTAL

Preservar o meio ambiente é papel de todos e principalmente do Estado. A própria Constituição Federal de 1988 no seu art. 225, definiu o papel da justiça em relação a esse tema:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações. (BRASIL Lei 16902)

No Brasil, existem diversas leis a favor da preservação do patrimônio ambiental, e dentre elas, destacam-se:

- **Novo Código Florestal Brasileiro - Lei nº 4771/65**

Estabelece que as florestas existentes no território nacional e as outras formas de vegetação são bens de interesse comum de toda a população brasileira e determina a preservação de florestas nativas, entre outros.

- **Política Nacional de Irrigação Lei nº 12.787/2013**

Trata da política nacional de irrigação que tem por objetivo, incentivar e ampliar as áreas irrigadas, aumentando a produção das culturas, reduzindo os riscos climáticos e desenvolvendo a região.

- **Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei nº 12.305/2010**

Prevê a prevenção e a redução da geração de resíduos, e propõem praticas de hábitos de consumo sustentável e vários modos para aumentar a reciclagem e a reutilização dos resíduos sólidos. Institui o compartilhamento da responsabilidade pela geração de resíduos (fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, o cidadão e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos na Logística Reversa dos resíduos e embalagens pós-consumo e pós-consumo). E Cria metas contribuir para a eliminação dos lixões e institui instrumentos de planejamento nos níveis nacional, estadual, microregional, intermunicipal e metropolitano e municipal.

- **Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – nº 6.938/1981.**

Determina que aquele que poluir será obrigado a indenizar todos os danos ambientais que causar, independentemente de ser culpado.

- **Lei da Política Agrícola – nº 8.171/1991.**

Define o papel do poder público, que é o de fiscalizar e regulamentar o uso racional do solo, da água, da fauna e da flora.

- **Criação do IBAMA – nº 7.735/1989.**

Lei responsável pela criação do Ibama, sendo de sua responsabilidade a execução da política nacional do meio ambiente, a fiscalização e o controle da exploração do meio ambiente.

- **Lei da Ação Civil Pública – nº 7.347/1985.**

Refere-se às responsabilidades da ação civil pública por avarias causadas ao meio ambiente, ao consumidor, ao patrimônio artístico, turístico ou paisagístico.

- **Lei dos Agrotóxicos – nº 7.802/1989.**

Regulamenta a pesquisa, fabricação, comercialização, aplicação, controle, fiscalização e também o destino da embalagem dos agrotóxicos.

- **Lei da Área de Proteção Ambiental – nº 6.902/1981.**

Criação das “Estações Ecológicas”, que são áreas preservadas, onde 90 % delas devem permanecer inalteradas e 10 % podem sofrer alterações desde que seja para fins científicos. Foram criadas também as “Áreas de Proteção Ambiental” (APAS), essas podem ter propriedades privadas e o poder público limita as atividades econômicas.

- **Lei das Atividades Nucleares – nº 6.453/1977.**

Regulamenta a responsabilidade civil em relação aos danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com as atividades nucleares.

- **Lei de Crimes Ambientais – nº 9.605/1998.**

Organiza a legislação ambiental brasileira em relação às infrações e punições. As empresas autoras das infrações ambientais podem ser penalizadas, chegando até mesmo à extinção, se tiverem sido usadas ou criadas com a intenção de facilitar ou ocultar um crime ambiental. A punição pode ser extinta caso seja atestada a recuperação do dano ambiental.

- **Lei da Exploração Mineral – nº 7.805/1989.**

Regulamenta as atividades de garimpo, sendo obrigatória a licença ambiental para exercê-la.

- **Lei do Parcelamento do Solo Urbano – nº 6.766/1979.**

Determina normas para loteamentos urbanos, que são proibidos em áreas de preservação.

- **Lei de Recursos Hídricos – nº 9.433/1997.**

Lei responsável pela criação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Define a água

como recurso natural limitado, dotado de valor econômico, que pode ter usos múltiplos (consumo humano, produção de energia, transporte, lançamento de esgotos). (Leis ambientais brasileiras)

- **ISO 14000**

O desenvolvimento da indústria e da economia causou grande impacto ambiental e isso passou a ser uma preocupação não só para o Brasil mas para o mundo. Foi então, que a ISO (International Organization for Standardization – Organização Internacional de Padronização) criou o certificado 14000. O ISO 14000 é um conjunto de normas que orientam as organizações em relação à prevenção dos processos de contaminação ambiental.

Muitas organizações geram poluição a partir do processo de produção, e o objetivo do ISO 14000 é reduzir os efeitos prejudiciais ao meio ambiente causado por essas atividades empresariais. (ISO 14000).

Atualmente as empresas utilizam a ISO 14000 principalmente para fins de certificação com uma terceira organização, ainda que ela possa ser usada para fins internos ou para atender determinadas demandas. E isso faz com que a ISO possua em sua maioria, normas que possam ser objetos de auditoria.

Sistema de gestão ambiental segundo a ISO:

- Estabelece políticas e objetivos que são fundamentados em indicadores ambientais já definidos pela organização;
- Provocam a redução de custos, na produção, na prestação de serviços e em prevenção;
- É aplicada principalmente nas atividades que geraram algum dano ao meio ambiente;
- Sua aplicação não é limitada à determinados setores, mas engloba toda a organização;
- Mensura os impactos ambientais das atividades, produtos e serviços da organização;
- Atende a sociedade. (ISO 14000).

4 IDENTIDADE HUMANA: RESPONSABILIDADE PESSOAL, SOCIAL E GLOBAL

Estamos numa era em que os humanos para que consigam se identificar, devem se situar no universo, e não separar-se dele. Interrogar nossa condição humana implica questionar primeiro a nossa posição no mundo. É impossível conceber a unidade complexa do ser humano pelo pensamento disjuntivo, ou seja, o ser humano não é parte separada do universo.

O homem é parte da sociedade e ao mesmo tempo tem a sociedade como sua parte, portanto um termo gera o outro e um se encontra no outro, essa é a realidade humana. Deve-se reconhecer o ser humano como a própria natureza, e não como algo fragmentado dela. Preservar o ambiente é cuidar de nós mesmos. Somos originários dos cosmos, da natureza e da vida, por isso não devemos nos distanciar do mundo físico. Somos indivíduos, mas como indivíduos, cada um, um fragmento da sociedade e da espécie *Homo sapiens*, á qual pertencemos.

O homem é um ser múltiplo, ao mesmo tempo parte de uma unidade, seres desenvolvidos sem os quais a sociedade não existe, pois ela necessita de suas interações. Morin (2002) observa que a nossa identidade humana é constituída numa relação dialógica da tríade indivíduo/espécie/sociedade. Por natureza e por definição, o ser humano é muito complexo e compreendê-lo é uma tarefa árdua (MORIN, 2002, p.94).

A discussão ecológica e a preocupação com o meio ambiente e a proteção dos recursos ecológicos vinculam-se diretamente á sobrevivência do ser humano e aos Direitos Humanos. Vejamos a grande necessidade de elaborar um juízo crítico com relação aos efeitos que o homem vem ocasionando ao meio ambiente, quando da adoção de novas técnicas biootecnológicas.

A utilização dos recursos naturais com consciência e responsabilidade ambiental é um dos maiores desafios da humanidade na atualidade. Junto a este contexto surge um novo paradigma, buscar alternativas que minimizem os agravos ao meio ambiente e que permitam a renovação dos recursos explorados.

A gestão ambiental é a prática da preservação da nossa própria humanidade. Ter responsabilidade com minha condição de humano é algo que beneficia toda a sociedade e todo o planeta. Esta prática surgiu como uma ferramenta que pode contribuir com a transformação deste cenário, a partir de instrumentos técnicos, políticos e legais. Contudo a

consciência individual é o ponto de partida, que garantirá um ambiente equilibrado e harmonioso a todos no presente e no futuro.

5 CONDIÇÃO PLANETÁRIA

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi fundada em 16 de Novembro de 1945 com a finalidade de colaborar para a paz e segurança no mundo através da educação, ciência, cultura e as comunicações.

Em consequência do acima exposto, em 1999, a UNESCO solicitou que o filósofo francês Edgard Morin expusesse suas ideias sobre a sistematização de um conjunto de reflexões que servissem como ponto de partida para se repensar na educação do século XXI.

O conjunto de suas ideias fundamentou a obra na qual o filósofo apresenta uma reflexão, que ajuizadamente tituló de Os Sete Saberes Necessários á Educação do Futuro.

Dentre os saberes está a *condição planetária*, especialmente na era da globalização. Fenômeno que estamos vivenciando nos dias de hoje, aceleração histórica, quantidade de dados/informações para se assimilar.

Na era das telecomunicações, da internet, estamos submersos na complexidade do mundo, e com tantas informações somos sufocados em nossas possibilidades de inteligibilidade. O problema planetário é um todo que se nutre de ingredientes múltiplos e conflituosos nascidos da crise.

Os avanços tecnológicos fazem com que a ameaça ecológica e ambiental se expandam, rumo a uma degradação da vida planetária O que agrava a dificuldade de conhecer o mundo é nosso modo atrofiado de pensar e não desenvolvermos a aptidão de contextualizar e de globalizar, uma vez que na era planetária a exigência é pensar na globalidade.

A globalização é unificadora, mas também é conflituosa em sua essência. A consciência de nossa humanidade nessa era planetária deve nos conduzir a solidariedade. Estamos na era em que a humanidade vive agora em uma comunidade de destino comum. E, por ignorar esta realidade, as forças técnicas enfureceram-se sobre o nosso planeta, ocasionando hoje problema de degradação das condições da biosfera, que acarretará em uma ameaça a existência da humanidade nos próximos 10 anos.

Com o pensamento de conquistar e dominar o mundo o homem entrou na aventura que está nos levando à destruição. É preciso constatar até que ponto devemos não nos reduzir a seres naturais, mas mostrar nossa condição de ser humano racional, e fazer com que as coisas mudem o rumo e sentido, para que a natureza possa imperar.

Esse laço inseparável e fundamental, indivíduo/sociedade/natureza, que tendemos dissociar é uma espécie de trindade humana. Homo sapiens significa homem como ser

racional; o homo faber é o homem que cria as técnicas e o homo economicus é o homem que age em função de seu interesse econômico pessoal.

Portanto, devemos proteger a unidade e a diversidade e se não tomarmos consciência disso estaremos cegos.

6 ESTUDO DE CASO: A EFETIVIDADE DA GESTÃO AMBIENTAL NA ORGANIZAÇÃO EMPRESARIA QUIMICA AMPARO

A empresa brasileira Química Amparo, conhecida como Ypê iniciou suas atividades em 1950 no interior de São Paulo. Tendo como missão promover a saúde e o bem estar das pessoas, atendendo suas necessidades quanto à higiene e limpeza, com recursos práticos e de forma sustentável. Além de ter como um dos seus valores o comprometimento socioambiental e a visão de contribuir para um mundo melhor, mais humano e sustentável.

A responsabilidade com o meio ambiente fez com que a empresa fosse pioneira no planejamento de produtos com foco sustentável. Tendo um Sistema de Gestão Ambiental que busca promover uma política ambiental que segue as seguintes diretrizes:

- Utilizar racionalmente os recursos naturais;
- Buscar o atendimento aos requisitos internos e regulamentações legais;
- Investe em tecnologias e insumos que reduzem os impactos de suas atividades;
- Monitorar o aspectos ambientais de produtivos e os impactos deles decorrentes;
- Avaliar a eficiência de seus processos de controle da poluição;
- Manter a equipe treinada e conscientizada;
- Apoiar a comunidade e os seus projetos ambientais.

Sendo assim a empresa realizou um estudo sobre o impacto ambiental de seus produtos no meio ambiente. Utilizando inclusive a contabilidade como ferramenta para obter dados, levantar balanços sociais e esclarecimentos das vantagens dessas ações.

Constataram que os produtos fabricados eram compostos por substâncias nocivas não só à natureza, como também a saúde. O fosfato, por exemplo, está presente na composição de detergentes, porém forma uma camada de espuma que impede entrada de oxigênio na água. Os branqueadores ópticos encontrados em sabão em pó são substâncias fluorescentes, que se prendem nas roupas quando estas são lavadas. Causando poluição, irritação e até mesmo alergias.

Deste modo a empresa investiu em tecnologia para realizar mudanças em seus produtos. Iniciando com a seleção da matéria prima onde seus fornecedores devem estar em conformidade com a legislação ambiental. Além de criar um controle rígido das matérias prima, testando a sua biodegradabilidade por meio de inspeções. . (GESTÃO AMBIENTAL).

Após as mudanças, produtos como as embalagens lava-louças (**anexo X**), lava-roupas em pó e detergentes biodegradáveis, passaram a causar menos danos ambientais. As embalagens utilizam menos matéria-prima e contribuem para uma menor emissão de CO₂ em toda a cadeia de consumo. . (GESTÃO AMBIENTAL).

O lava-roupas em pó ecológico, livre de fosfato, contribui com a preservação da vida aquática e a qualidade das águas. E na produção dos amaciantes concentrados houve redução de 80% no consumo de água durante o processo de fabricação.

No momento em que se utilizam os produtos para lavar as roupas e vasilhas e até mesmo o quintal, os resíduos são despachados no esgoto e conduzidos aos rios sem causar grande impacto ambiental. Isso ocorre, pois os resíduos são decompostos por micro-organismo que existem na água.

Além disso, a empresa construiu estações de tratamento de esgoto e de fluentes fazendo reuso de água nos processos internos, completando um ciclo de responsabilidade ambiental. (GESTÃO AMBIENTAL).

A empresa desenvolve o projeto “Florestas Ypê” que realiza o plantio de aproximadamente 450 mil mudas de árvores nativas da Mata Atlântica em diferentes regiões, inclusive dentro das bacias dos rios Atibaia e Tietê. O projeto tem como objetivo contribuir com a conservação da biodiversidade, proteger os recursos hídricos e envolver a comunidade para estimular ações do desenvolvimento sustentável e a educação ambiental.

Atualmente a empresa recebeu pelo 6º ano consecutivo o Prêmio Top of Mind Meio Ambiente – conferido pelo Jornal Folha de São Paulo, em pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha. Além de estarem em processo de implantação da ISO 9001 em alguns processos produtivos e, após a devida implantação, iniciaram com a ISO 1400. São aplicados controles internos baseados na legislação vigente e que atendem a esta norma, porém legalmente, não possuem a certificação.

Esses projetos além de contribuírem para o meio ambiente ajudam a melhorar a imagem corporativa da empresa. O marketing social passa a ser uma ferramenta utilizada para transparecer aos consumidores a ética e responsabilidade da empresa, permitindo que estes se identifiquem com ela. Sendo uma maneira de promover seus produtos e conseqüentemente sua aceitação e consumo por parte da população.

Com todo o conteúdo analisado sobre a empresa Química Amparo associado com o conceito, aplicação e legislação da Gestão Ambiental pode-se concluir que a empresa tem o compromisso com a preservação ambiental. .

Desta forma apoia projetos ambientais, adota praticas de sustentabilidade e tem iniciativas socioambientais que concretizam uma boa efetividade de sua gestão ambiental. Sendo fundamental para isso uma contabilidade capaz de elaborar um modelo de projeto ambiental adequado para a empresa.

Apesar disso a empresa observa o avanço das tecnologias e investe em pesquisas para que esta gestão seja cada dia mais eficaz. Além do mais utiliza seu compromisso ambiental como marketing social a fim de transparecer aos consumidores seus objetivos e sua responsabilidade, incentivando estes a se envolver nos projetos desenvolvidos.

7 IMPORTÂNCIA DOS CONHECIMENTOS DA GESTÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A degradação ambiental evoluiu consideravelmente nas últimas décadas. Grande parte dessa poluição tem origem das organizações, e somente por meios de melhorias em seus produtos, processos e serviços, que reduções serão obtidas nos impactos causados por elas. (MOURA, 2000).

Investimentos e estratégias de crescimento de muitas empresas passam a ser direcionados por critérios que envolvam a preservação de meio ambiente. Diante disso é crescente a demanda por informações e exigências de regulamentação. A preocupação com o meio ambiente serve como incentivo para que as organizações modernas invistam em programas sociais e com projetos sócios- ambientais que possam contribuir para a melhoria das relações sociais e contribuam de forma direta para a melhoria do meio ambiente. (MOURA, 2000).

Para o profissional da área Contábil que está assumindo uma nova postura diante das necessidades competitivas das empresas de produtos e serviços, é de extrema importância o conhecimento em Gestão ambiental em seu processo de formação, uma vez que com a grande preocupação mundial em preservação do meio ambiente, os Contadores tem um papel fundamental, pois depende desses profissionais elaborar um modelo de preservação adequado para as entidade, incentivar as empresas a implantarem sistemas de gestão ambiental que possam gerar dados apresentáveis contabilmente, nos balanços sociais, além de criar sistemas e métodos de mensuração dos elementos e de mostrar para as empresas as vantagens dessas ações. (MOURA, 2000).

Além disso, esse conhecimento em seu processo de formação possibilitara ao profissional contábil a compreender como as políticas e praticas de responsabilidade social corporativa podem auxiliar na relação entre empresas e o ambiente físico e social onde estão inseridas.

Diante disso com a obtenção do conhecimento da gestão ambiental em seu processo de formação possibilitara que os Contadores busquem formas de adequar as empresas de acordo com a legislação ambiental, seguindo alguns passos como:

- Licenciamento ambiental que é o procedimento onde o órgão competente autoriza a localização, construção, instalação, ampliação e operações de empreendimentos que podem poluir ou modificar o meio ambiente. O Licenciamento é essencial para manter

qualidade ambiental e permitir a identificação e o gerenciamento de efeitos ambientais impostos pela atividade ou negócio.

- Plano de controle ambiental PCA, que é um documento norteador das ações mitigadoras dos projetos de minimização dos impactos ambientais.

Além de implantem dentro das organizações a Contabilidade ambiental, tendo como objetivo fornecer aos seus usuários externos e internos informações sobre os eventos ambientais, que causam modificações na situação patrimonial bem como realizar sua identificação e mensuração. (SANTOS, 1993, p.52).

O profissional além do seu conhecimento em gestão ambiental, também colocara em pratica outros conhecimentos adquiridos em seu processo de formação acadêmica como:

- Levantamento do ativo ambiental

São considerados ativos ambientais recursos econômicos controlados por uma entidade, como resultados de transações ou eventos passados, dos quais se espera obter benefícios econômicos futuros, com finalidade o controle, preservação e recuperação do meio ambiente. (SANTOS, 1993, p.51).

Podem ser definidos também como ativos ambientais os estoques de insumos, peças e acessórios para redução da degradação ambiental, além de investimentos em máquinas adquiridos para reduzir impactos ambientais. Também destacamos o ativo intangível que são bens ou direitos incorpóreos.

- Passivo ambiental,

Passivo ambiental são os danos causados ao meio ambiente, a responsabilidade social da empresa com os aspectos ambientais.

Uma empresa tem passivo ambiental quando agride , de algum modo ou ação, o meio ambiente, e não dispõe de nenhum projeto para sua recuperação.

O controle do passivo ambiental permite que os fatores de risco sejam mantidos em níveis aceitáveis, pois ele antecipa as causas dos danos, planeja ações e age com eficiência nas emergências.

- Apropriação dos custos, despesas e receitas ambientais, assegurando que sejam reconhecidos em consonância com os princípios Fundamentais de Contabilidade.

Os custos ambientais são representados pelo somatório de todos os custos dos recursos utilizados pelas atividades desenvolvidas para controle, preservação e recuperação ambiental.

As contas de despesas deverão acompanhar a contabilização do custo de produção. (SANTOS, 1993, p.53).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do trabalho realizado fica claro que Gestão Ambiental é uma forma de administração empresarial que dá ênfase na sustentabilidade.

Com o desenvolvimento da indústria e da economia, foi gerado um grande impacto ambiental, o que virou uma preocupação mundial que fez surgir assim a criação da ISO 14000 que é um conjunto de normas que objetiva orientar as organizações em relação á prevenção dos processos de contaminação ambiental.

Além da ISO 14000 foi visto também como uma forma de responsabilidade, a identidade humana, que implica questionar a nossa posição no mundo, situando-se no universo no qual estamos inseridos. Tendo consciência dessa condição humana, as pessoas preservariam o meio ambiente na medida em que cuidassem de si mesmas, pois a natureza e as pessoas não são separadas e sim um conjunto global.

Com os avanços tecnológicos dos últimos anos a ameaça ecológica se expandiu rumo a degradação da vida planetária, sendo assim devemos desenvolver a aptidão de contextualizar e de globalizar, uma vez que na era planetária a exigência é pensar na globalidade.

Devemos ter consciência de nossa humanidade pois ela nos conduzirá a solidariedade que pode ajudar a resolver o problema da degradação da biosfera.

Devido a esse prejuízo ambiental causado, investimentos e estratégias de muitas empresas passam a ser direcionados por critérios que envolva a preservação do meio ambiente. Profissionais modernos, dentre eles o da área contábil demandam por informações e exigências de regulamentação a respeito do assunto, pois esse conhecimento possibilita ao contador a compreender como as políticas e práticas de responsabilidade social corporativa funcionam e auxiliam na relação entre empresas e a sociedade.

Sendo assim podemos concluir que a Gestão Ambiental e seus pressupostos são muito importantes e benéficos não só para o espaço natural, mas também para as empresas, pois associa sua imagem ao da preservação do meio ambiente e isso contribui para a melhoria de sua marca empresarial no mercado.

Em suma, seguir a legislação aplicável, melhora as relações comerciais com outras instituições.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 16902. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16902.htm>. Acesso em: 19 out. 2013.

GESTÃO AMBIENTAL: Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/gestao_ambiental.htm>. Acesso em: 19 Out. 2013.

GESTÃO AMBIENTAL: Disponível em: <<http://www.ype.ind.br/tipos/ambiental>>. Acesso em: 14 Out. 2013.

ISO 14.000. Disponível em: <<http://www.coladaweb.com/administracao/iso-14000-gestao-ambiental>>. Acesso em 19 out. 2013.

Leis ambientais brasileiras. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/leis_ambientais.htm>. Acesso em: 19 out. 2013.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2. ed. São Paulo: Cortez, Brasília: UNESCO, 2000. 102 p.

MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. **Qualidade e gestão ambiental**: sugestões para implantação das normas ISSO 14000 nas empresas. 2 ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

SANTOS, Adalto de Oliveira. **Contabilidade Ambiental**: Um Estudo Sobre Sua Aplicabilidade em Empresas Brasileiras. Revista Contabilidade e Finanças. São Paulo: 2001, p .51-69.